

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.815.108 - MG (2019/0141465-3)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE : JOÃO HENRIQUE LOPES DA SILVA**  
**ADVOGADO : KRIS BRETTAS OLIVEIRA E OUTRO(S) - MG081144**  
**RECORRIDO : ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PROCURADOR : MARCO TÚLIO DE CARVALHO ROCHA E OUTRO(S) - MG057191**

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RENOVAÇÕES SUCESSIVAS DE CONTRATO TEMPORÁRIO. PAGAMENTO DO FGTS. ACÓRDÃO RECORRIDO ASSENTADO NO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DO FEITO. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. APRECIÇÃO DE DIREITO LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por JOÃO HENRIQUE LOPES DA SILVA, com fundamento no artigo 105, III, "a" e "c", da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado (fl. 105):

APELAÇÃO CÍVEL - SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO - CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA - RENOVAÇÕES SUCESSIVAS - OBSERVÂNCIA DO PRAZO MÁXIMO PREVISTO EM LEI - VALIDADE DA CONTRATAÇÃO - FGTS - VERBA INDEVIDA - RE Nº 765.320/MG - REPERCUSSÃO GERAL - RECURSO DESPROVIDO.

- O contrato temporário válido, firmado nos moldes do art. 37, inciso IX, da CF/88, garante ao contratado o recebimento das verbas devidas ao servidor público, constantes no artigo 39, §3º, da CR/88, por se enquadrar no regime jurídico estatutário, ao passo que, nas contratações nulas, na esteira da jurisprudência do STF (RE 705140/RS), o contratado faz jus apenas a saldo de salário e FGTS, porquanto a avença ilegítima não gera efeitos jurídicos válidos.

- Constatada a legitimidade da contratação temporária, nos termos da legislação estadual que a regulamenta, não há como acolher a pretensão de recebimento do FGTS, haja vista que tal verba só seria devida em caso de contrato inválido.

O recorrente em suas razões alega, além de dissídio jurisprudencial, violação do art. 1º do Decreto 20.910/1932 e do art. 19-A da Lei 8.036/1990, ao argumento de que "no v. Acórdão recorrido, os E. Desembargadores aplicam ao caso o entendimento de que os contratos "MANIFESTAMENTE NULOS" estão prescritos e não servem de elemento de prova da reiterada contratação temporária". Verdadeira aberração, eis que a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior da propositura da ação e jamais as provas produzidas nos autos" (fl. 120).

Sustenta, nesse sentido, que "a nulidade contratual teve início em 2008 e se estendeu até 2014, com 04 prorrogações em quase 06 anos de contratos temporários.

Trata-se de relação ininterrupta de trabalho desde 2008 com 04 contratos no período" (fl. 121), bem como que a nulidade contratual existente contamina os contratos posteriores.

Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 135-139.

É o relatório. Passo a decidir.

Cuida-se, na origem, de sentença em ação ordinária que julgou improcedente o pedido inicial do autor de pagamento dos depósitos de FGTS relativos aos cinco anos anteriores à propositura da demanda.

A Corte de origem, ao apreciar a controérsia, assentou (fls. 107-112):

[...]

Da análise do feito, apura-se que o apelante foi contratado pelo Estado de Minas Gerais, sem a prévia submissão e aprovação em concurso público, a fim de exercer, temporariamente, as atribuições de Agente de Segurança Penitenciário.

A esse respeito, cumpre ressaltar que a Constituição da República de 1988 assenta, no inciso II, do artigo 37, que, regra geral, a investidura em cargo ou emprego público dar-se-á por meio de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo/emprego.

Não obstante, o próprio texto constitucional ressalva, no inciso IX, do artigo 37, que "a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público".

**No âmbito do Estado de Minas Gerais, a contratação temporária de excepcional interesse público foi regida até 04/06/2009 pelo artigo 11, da Lei nº 10.254/90, quando então adveio a Lei nº 18.185/09.**

Vejam-se, a propósito, os dispositivos aplicáveis à espécie:

[...]

Na hipótese em apreço, extrai-se da Certidão Funcional de f. 37 que o demandante firmou o primeiro contrato administrativo com o requerido em 11/08/2008, com duração até 10/04/2009. Tal avença foi renovada em 11/04/2009 a 10/08/2009; 11/08/2009 a 10/08/2012.

11/08/2012 a 20/11/2014.

Observa-se que no período da vigência da Lei nº 10.254/90 apenas o primeiro contrato reputa-se válido, por ter observado o prazo máximo de seis meses (11/08/2008 a 11/02/2009).

**O aditivo, relativo ao interregno de 11/04/2009 a 10/08/2009, é manifestamente nulo, em virtude da expressa vedação de prorrogação do contrato.**

Não obstante, inócua se mostra **a análise de quais verbas são devidas nesse interregno, uma vez que todas as parcelas devidas antes de 05/12/2009 estão prescritas,** haja vista o prazo quinquenal estabelecido no Decreto nº 20.910/32 e que a demanda foi ajuizada em 05/12/2014.

**Logo, convém examinar os contratos firmados a partir de 05/12/2009. Depois de referido marco, já estava em vigor a Lei nº 18.185/09, que estabelecia, para o caso em exame, a possibilidade de contratação pelo período de três anos, prorrogáveis por mais três.**

Vale salientar que na Ação Direita de Inconstitucionalidade nº 1.0000.16.074933-9/000, o órgão Especial deste Egrégio Tribunal de Justiça reconheceu a inconstitucionalidade do art. 4º, inciso IV, da Lei Estadual nº

18.185/09.

No entanto, na mesma demanda, foi realizada, em sede de Embargos de Declaração, **a modulação dos efeitos da decisão, de sorte que permanece válida a norma acima citada até três anos a partir da publicação do julgamento do referido recurso, isto é, até 31/01/2021,** conferindo ao Estado tempo razoável para que possa se organizar e adaptar-se à nova realidade normativa.

Assim, **conclui-se que o ajuste firmado sob a égide da Lei nº 18.185/09, no período de 11/08/2009 a 10/08/2012 e de 11/08/2012 a 20/11/2014 não extrapolou o limite temporal permitido, de modo que não se vislumbra a nulidade da contratação.**

Nesse aspecto, cumpre salientar que **a aferição da validade dos contratos firmados afigura-se como peça chave para o deslinde da controvérsia,** haja vista que o recebimento das verbas pleiteadas está condicionado à irregularidade da avença.

Isso porque o Supremo Tribunal Federal, em regime de repercussão geral, reconheceu que, detectada a nulidade da contratação sem concurso público, nos termos exigidos pelo artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, as únicas verbas devidas ao contratado são o FGTS e o salário referente ao período trabalhado. Vejamos:

[...]

Em face do teor do aresto supra, verifica-se que **a verba pleiteada nos autos somente poderia, em tese, incidir, caso a avença temporária estivesse em desconformidade com as normas que dispõem acerca da contratação por tempo determinado,** para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Na espécie versada, **sendo válido o contrato** firmado pelas partes, indevida se mostra a percepção pelo autor do FGTS, porquanto a situação não se amolda àquela prevista no RE nº 765.320/MG, cabendo a ele, apenas, as parcelas remuneratórias previstas no contrato, na legislação aplicável, bem como as garantias insertas no art. 39, §3º, da Constituição da República.

Nesse aspecto, deve ser mantida incólume a sentença que julgou improcedente o pedido inicial.

[...]

A despeito do recorrente indicar violação do artigo 1º do Decreto 20.910/1932 e do art. 19-A da Lei 8.036/1991, a convicção firmada pela Corte de origem está amparada no conjunto fático-probatório do feito e na aplicação de legislação local ao caso, em especial a Lei Estadual 11.185/2009.

Dessa feita, infirmar tal conclusão pressupõe reexaminar fatos e provas e apreciar Direito local, o que é obstado em sede de recurso especial, por força das Súmulas 7/STJ e 280/STF, respectivamente.

Segundo entendimento desta Corte a inadmissão do recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, em razão da incidência de enunciado sumular, prejudica o exame do recurso no ponto em que suscita divergência jurisprudencial se o dissídio alegado diz respeito ao mesmo dispositivo legal ou tese jurídica, o que ocorreu na hipótese. Nesse sentido: AgInt no REsp 1.590.388/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 24/3/2017; AgInt no REsp 1.343.351/SP, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 23/3/2017.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.  
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

**MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**

Relator

